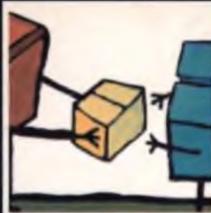


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

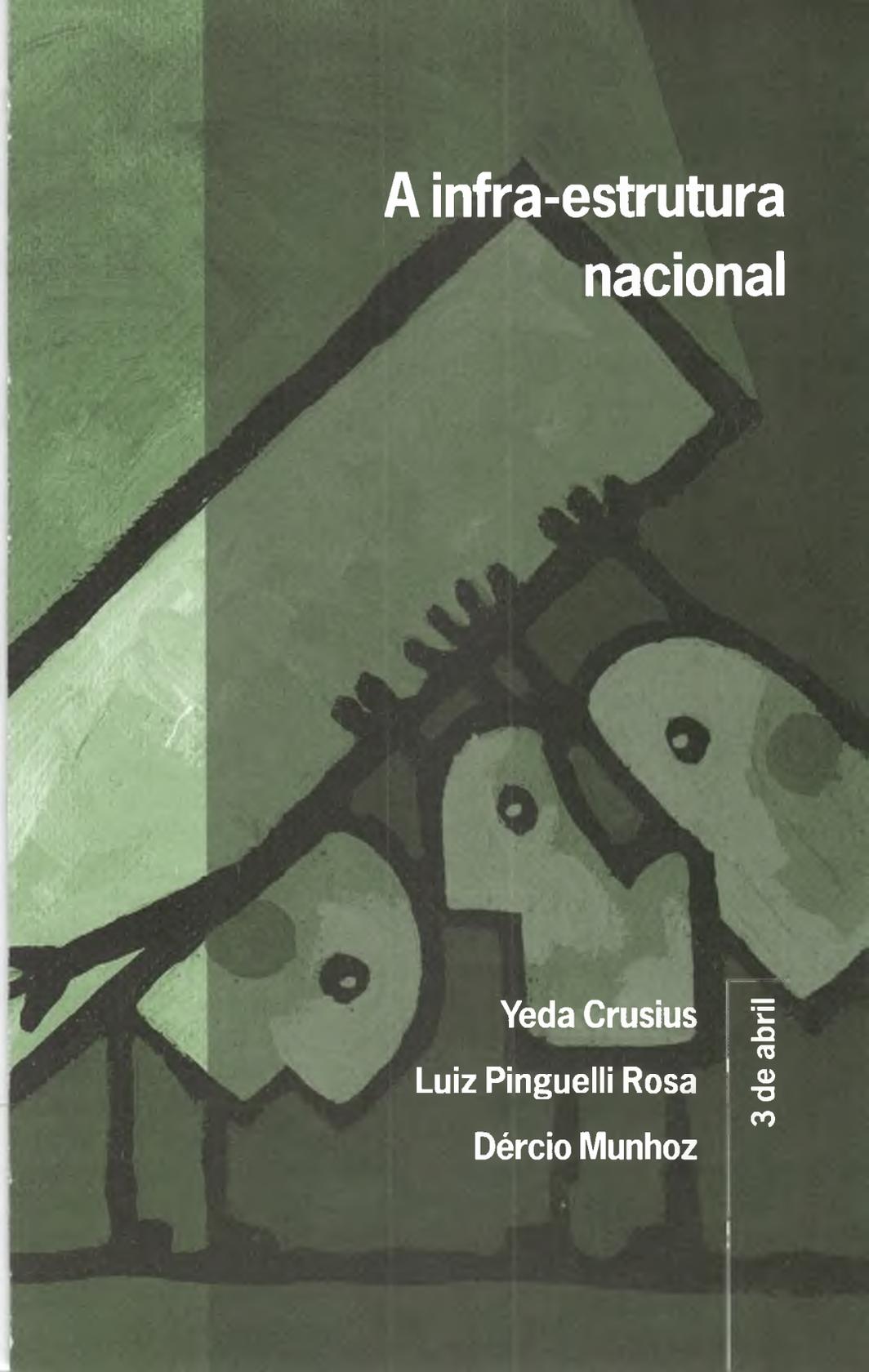
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



A infra-estrutura nacional

Yeda Crusius
Luiz Pinguelli Rosa
Dércio Munhoz

3 de abril

Infra-Estrutura: Construindo consensos

Yeda Crusius

Discutir infra-estrutura é discutir como se inserir como nação no ciclo econômico maior, que se caracteriza no médio e longo prazo (30 anos e mais) por um período de formação e reprodução da base material de produção necessária para o aproveitamento das revoluções tecnológicas que marcam a seqüência de ciclos mundiais. Apenas para citar, vivemos hoje o ciclo mundial que vem na esteira da terceira revolução industrial, a das comunicações e da informática.

Discutir infra-estrutura é, portanto, discutir como construir a base física que marca (e marcará) o padrão de desenvolvimento futuro. Os ciclos econômicos de longo prazo foram marcados no Brasil pelo modo como se articularam dois elementos: primeiro, pela escolha de modelo de desenvolvimento por parte da direção política nacional, e, segundo, pela criação de condições para o seu financiamento. A sincronia entre esses dois elementos, e o ciclo econômico mundial – sempre marcado pela mudança da

Yeda Crusius é Deputada Federal pelo PSDB – RS em segundo mandato. Ex-Ministra do Planejamento, Orçamento e Coordenação no governo Itamar Franco (1993). Economista e professora universitária. Pós-graduada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Wanderbilt (EUA). Primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados no ano de 1999.

base física requerida pela transformação tecnológica – é que escreveram o maior ou menor sucesso no processo de desenvolvimento nacional.

Tivemos durante o século XX o longo ciclo de Getúlio Vargas, durante o qual se implantou um padrão de industrialização e financiamento sincronizados – com, no que tange ao sistema político, centralismo e autoritarismo. Em seguida, no pós-guerra e com exercício democrático, tivemos o ciclo de JK, menos longo, durante o que se acelerou o programa de industrialização com um padrão de financiamento inflacionário que marcaria a história econômica do Brasil até praticamente a virada do século. Na seqüência, e novamente com um sistema político centralizador e autoritário, experimentamos o ciclo militar com um projeto de desenvolvimento sincronizado com as fontes nacionais (poupança e tributos) e internacionais de financiamento (lastreadas em petrodólares).

Com a crise do petróleo e os diversos choques desse insumo básico para o padrão de desenvolvimento do ciclo econômico então em vigor, vivenciamos o que se convencionou chamar de “a década perdida” dos anos 80, na qual os reflexos das crises externas reverteram os índices de crescimento para todos os devedores, como o Brasil e a América Latina principalmente. Sem a sincronia entre as fontes de financiamento e a necessidade de crescimento, passamos a década tentando re-equacionar as dívidas, adiando a mudança de rumo do desenvolvimento. O que estava em crise, portanto, era o modelo anterior de industrialização baseado no petróleo como matéria-prima fundamental. Por outro lado, se reestruturavam, e “infra-estruturavam” os países líderes mais uma vez da tecnologia-chave do novo ciclo, que eram a tecnologia da informática e das comunicações. As transformações se aceleraram, levando à globalização da produção e dos mercados financeiros.

Os anos 90 foram marcados no país pela construção das pré-condições para nosso ingresso peculiar nesse novo ciclo em condições competitivas. Somente ao incorporamos Ciência, Tecnologia e Inovação é que estaríamos formando a trajetória de desenvolvimento sustentável. Se no campo econômico avançar no fornecimento de infra-estrutura e providenciar seu financiamento requeriam uma mudança completa de padrão, no campo político também a inserção no padrão de globalização concreto requeria a opção pelo fortalecimento das organizações para o desenvolvimento radical da democracia. Isso não apenas no campo político, como também na organização de toda a sociedade, quer do setor privado, quer do setor público. Essa opção foi concretizada, e fomos sincronizando o ciclo nacional com o internacional de desenvolvimento, com inserção assemelhada por toda a América Latina, de modo a que não houvesse crise de financiamento e fosse preservada a sustentabilidade.

Essas pré-condições foram (1) romper com o processo de contínua e elevada inflação; (2) criar condições favoráveis aos investimentos, tanto internos quanto externos, que viabilizassem a base de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento; e (3) institucionalizar, dentro do estado democrático de direito, as novas relações requeridas para o aperfeiçoamento da democracia, trazendo novas regras para participação com responsabilidade por parte de todos os agentes sociais.

Quanto à primeira pré-condição, a do rompimento do processo inflacionário e constituição do novo padrão de financiamento, o Plano Real construiu as condições para o retorno do planejamento, do crescimento da competitividade, da ruptura com a principal fonte de concentração de renda que sempre foi a inflação. Reformas requeridas para a constituição de um novo padrão de financiamento principalmente do setor público foram

aprovadas, dando base às condições macroeconômicas (fundamentos) construídas a partir das políticas cambial, monetária e fiscal. As reformas permitiram que enfrentássemos nove crises externas em menos de oito anos sem que se perdesse o controle sobre a inflação. Os custos, como podemos ver quanto acompanhamos a situação de nossos vizinhos do Mercosul, foram infinitamente menores.

Já a segunda pré-condição, a de criação de ambiente favorável para os investimentos em infra-estrutura, requereram a abertura controlada da economia e uma nova política externa, as quais permitiram que reatássemos as relações comerciais e econômicas com o Japão, a China, com os países asiáticos; avançássemos no diálogo entre o Mercosul e a União Européia; fortalecêssemos as relações com os países centro e latino-americanos, reaproximássemos com os países africanos, além de intensificar outras relações bilaterais e de blocos. O avanço na construção da nova planta de infra-estrutura que permite ganhos de produtividade e, ao mesmo tempo, integração e inserção, é evidente. Portos, aeroportos, estradas, telecomunicações, energia pelas mais diversas fontes, tiveram suas realizações constatadas.

De outra parte, também no que se refere à nossa inserção internacional, participamos ativamente e em posição de liderança no bloco dos países “em desenvolvimento” de todas as conferências de consenso patrocinadas pela ONU ao longo da década dos 90, e que mostram o rumo requerido para a concretização de um padrão de desenvolvimento sustentável deste século XXI.

Neste contexto, o da criação de consensos sujeitos à avaliação internacional, os anos 90 nos trouxeram esperança – que ainda não foi rompida após a mudança de rumo internacional patrocinada pelo evento da queda das torres em Nova Iorque e as ações da “era Bush” – de que em ambientes institucionalizados

em organismos supranacionais como a ONU se possa avançar na crescente universalização do acesso ao novo padrão de desenvolvimento permitido pelas revoluções da informática, da comunicação, e da biotecnologia. É nesse campo que hoje se coloca o maior desafio para a escolha da infra-estrutura e seu financiamento: a discussão da natureza do processo de globalização.

O Congresso Nacional não apenas foi chamado a discutir a nova agenda nos anos 90, como também realizou para dentro a discussão do seu papel na concretização das pré-condições para o caminho do desenvolvimento auto-sustentado nacional. Há todo um novo campo de relações institucionalizadas por lei, desde as do campo orçamentário e as reformas constitucionais até os novos estatutos que promovem as novas relações de participação e de responsabilização no novo ciclo. Cito desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente até a Lei da Propriedade Intelectual e da Biossegurança, passando pela Lei da Responsabilidade Fiscal, pela nova lei de acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência a seus direitos, e pela nova regulamentação para as ONGs, que é a Lei das Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIPs) que permite o acesso a recursos públicos acompanhado de avaliação de resultados.

Já na esfera de ação do Executivo, a descentralização das políticas sociais, com ações com responsabilização dos estados e dos municípios inclusive na questão da infra-estrutura representam, no meu entender, a grande transformação democrática da década. Refiro-me às políticas sociais descentralizadas no nível do município, principalmente no que se refere à saúde e à educação. Novos programas e suas formas de financiamento (FUNDEF, na educação, PRONAF e Banco da Terra na agricultura, convênios na saúde, para citar alguns), com um novo conceito de gestão

participativa, trouxeram a toda a sociedade o chamamento a participar das ações sociais, por meio dos conselhos municipais e estaduais em cada área. A descentralização das políticas sociais, sob a Responsabilidade Fiscal, tem finalmente feito chegar ao seu destino os recursos orçamentários historicamente desviados – e que faziam das políticas sociais um exemplo de ineficiência e fracasso que acabaram se materializando nos péssimos indicadores sociais que herdamos.

Essas pré-condições (controle da inflação, nova regulação para produção e acesso de serviços gerados pela infra-estrutura, e institucionalização da participação social na esfera pública) já permitiram a geração de uma nova cultura para a questão da infra-estrutura.

Infra-estrutura, em todos os ciclos anteriores, era vista como um conjunto de investimentos físicos: portos, aeroportos, estradas, usinas, etc. Quando se discutia Orçamento da União e suas prioridades, era inevitável o confronto entre gastos em infra-estrutura e gastos sociais. O que se discute não era um programa de desenvolvimento e suas prioridades, e, sim, era uma estrada *versus* educação básica, um porto para exportação *versus* postos de saúde, e daí por diante, em peça orçamentária que não incluía os limites para a sustentação da estabilidade. Essa *visão de mundo* quanto ao estabelecimento de prioridades que se materializam nos orçamentos públicos refletia não apenas interesses, mas também um modo de ver políticas sociais em antagonismo com estabilidade e desenvolvimento industrial – ou seja, infra-estrutura.

E é nesse campo específico que aconteceu uma significativa transição nos anos 90. Para termos desenvolvimento sustentável com integração interna e inserção internacional, o antagonismo deveria ser sepultado. Como proposta estratégica nesse sentido cito, como mapeamento básico dessa transição, o livro de Eliezer

Batista *Infra-estrutura para o Desenvolvimento Sustentável – integração da América do Sul*. Neste livro são colocados os elementos básicos para discutir o novo conceito de infra-estrutura, não mais como um conjunto de investimentos físicos, e, sim, como uma rede de investimentos – com a eliminação dos “nós” presentes na infra-estrutura nacional – que permita incorporar e desenvolver o que gera valor no ciclo atual (ciência, tecnologia e inovação). Apenas para citar um eixo básico dessa rede, para o padrão de desenvolvimento sustentável não é consistente ter uma rede física de base e, ao mesmo tempo, ter 25% da população analfabeta, 98% excluída do ensino de terceiro grau, a imensa maioria da população sem acesso a água e saneamento, mortalidade infantil e materna incompatíveis com o tamanho da nossa economia, etc. E estes’ eram os índices que constatávamos no início dos anos 90.

A escolha dos investimentos em infra-estrutura implica respeitar investimentos que incorporem, ao limite da universalização, o acesso das pessoas a seus frutos. Acesso à infra-estrutura significa a construção de redes que integrem geograficamente todas as regiões econômicas – e suas populações, assim como redes de comunicação que eliminem os “nós” das cadeias produtivas. Esse mapeamento pode ser encontrado no livro de Eliezer Batista.

A transição a que me referi há pouco implicou, também, numa transformação no processo de orçamentação nacional. Não apenas a disciplina exigida pela Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), como também a própria orçamentação das prioridades resultantes da escolha eleitoral exigiu ampla reformulação do processo de elaboração do PPA (Plano Plurianual de Investimentos) do Governo Federal. A LRF e o novo PPA foram fatores essenciais dessa transição dos antagonismos para as articulações consistentes. Cito também, para os que querem acompanhar a mudança no

conceito de desenvolvimento a partir da infra-estrutura, os dois PPAs elaborados e, portanto, passíveis de avaliação. O primeiro, denominado *Brasil em Ação*, (1995/1998) e o segundo, *Avança Brasil* (1999/2002), são planos de desenvolvimento compostos de programas (cerca de 365) consistentes uns com os outros, refletindo um rumo de desenvolvimento sustentável com responsabilização e transparência. Além dos documentos gerados referentes a esses PPAs, na página do Ministério de Orçamento e Gestão, assim como no do BNDES, esses documentos bem como sua permanente alimentação são disponíveis para avaliação.

Os projetos de infra-estrutura, bem como a forma de financiá-la, estão discriminados nos PPAs. O acompanhamento de cada um, bem como os seus resultados, são acompanhados por um gestor por programa – gestor que é servidor público responsável por seu acompanhamento e divulgação. Não foi pouco o que se precisou fazer para chegar-se a este ponto de transparência. A começar pela renegociação da dívida externa em 1993, que abriu ao país o acesso a fontes internacionais de financiamento como as do Banco Mundial. E, continuando, com a capacidade de nos financiarmos com fontes internas de poupança, possível graças ao Plano Real. Essas foram pré-condições que não podem de modo algum ser desfeitas. Pelo contrário, devem ser aprofundadas, uma vez que gradativamente poderemos, com a transformação do padrão de industrialização e a geração de competitividade, estamos podendo substituir financiamento externo por saldo comercial – o que exige incremento das exportações.

Outras mudanças no padrão de desenvolvimento geradas pela nova regulação relativa à infra-estrutura permitiram, por exemplo, as fontes de financiamento presentes nos Fundos Setoriais para C&T&I, lastreados por receita gerada pelas telecomunicações, para destino decidido após ampla discussão e formação de

consenso pelas comunidades da área em Conferências motivadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

E é por esse caminho, o do reconhecimento de que não existe contradição entre estabilidade, infra-estrutura e políticas sociais, bem como o da criação das condições fundamentais para o financiamento do desenvolvimento, e o do fortalecimento do estado democrático de direito, é que avançaremos na construção dos consensos. Espanha e Itália saíram de suas longas crises econômico-político-sociais assim: construindo consensos. O Brasil tem todas as condições de fazer isso também, com responsabilidade e participação para o desenvolvimento, e a atenção para a melhor distribuição de seus frutos, alimentando uma sociedade e uma cultura mais tolerantes.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy